

Racismo epistêmico: (in)visibilizações e (in)compreensões no campo da administração

Epistemic racism: (in)visibilities and (mis)understandings in the field of administration

Karina Francine Marcelino¹   
Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Florianópolis, SC, Brasil

Mário César Barreto Moraes²   
Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Florianópolis, SC, Brasil

RESUMO

Este estudo tem como objetivo compreender como pesquisadores da área de administração, atuantes em universidades públicas de Santa Catarina, percebem o racismo epistêmico, analisando como essas compreensões se relacionam com os desafios da pluralidade epistêmica e da democratização do conhecimento no campo da administração. A questão central que orienta a pesquisa investiga como esse fenômeno é percebido e compreendido por tais agentes e quais são os seus efeitos na participação e na diversidade científica da área. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa por meio de 22 entrevistas semiestruturadas com docentes e discentes vinculados a programas de pós-graduação *stricto sensu* no estado. A análise dos dados articulou as técnicas de análise de conteúdo, análise descritiva e abordagem interpretativa. Essa última considerou os resultados empíricos, o embasamento teórico e a experiência de um dos pesquisadores. Os resultados apontam duas subcategorias principais: a) racismo na construção do conhecimento científico e b) confusão conceitual ou desconhecimento do termo. Constatou-se que, enquanto alguns pesquisadores reconhecem a existência de uma hegemonia que marginaliza epistemologias não ocidentais, outros desconhecem ou interpretam erroneamente o conceito. Conclui-se que a forte presença de uma racionalidade hegemônica, no campo da administração, atua de forma a invisibilizar saberes, sujeitos e epistemes diversas. O estudo reforça a urgência de ampliar os debates sobre justiça epistêmica, pluralidade e formação antirracista, contribuindo para a promoção da democracia plural e para a transformação do campo científico.

Palavras-chave: racismo epistêmico; pluralidade epistêmica; administração; gestão social; decolonização do conhecimento.

Recebido em: 15/04/2026

Aceito em: 13/07/2026

Publicado em: 23/09/2026

DOI: [10.5281/zenodo.22833990](https://doi.org/10.5281/zenodo.22833990)

Licenciado sob a [CC BY-NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



Conflito de interesses: Declaram inexistência.

Financiamento: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) - CP nº 48/2021 e CP nº 25/2025.

Parecer CEP: CEP/ UDESC Parecer n. 5.690.963. CAAE 61196222.6.0000.0118.

Uso de IA Generativa: Declaram não utilização.

Agradecimentos: Os autores gostariam de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes, Brasil) - Código Financeiro 001 e à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc, Brasil) - CP nº 48/2021 e CP nº 25/2025.

¹ Doutora em administração. Pós-doutoranda em administração (Udesc). Servidora estatutária na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora na Universidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Unisenai).

² Doutor em engenharia de produção pela UFSC (2001). Professor titular na Udesc.

ABSTRACT

This study aims to understand how administration researchers at public universities in Santa Catarina perceive epistemic racism, analyzing how these understandings relate to the challenges of epistemic plurality and the democratization of knowledge within the field. The central research question investigates how this phenomenon is perceived and understood by these actors, as well as its effects on participation and scientific diversity in the area. To this end, a qualitative approach was adopted, conducting 22 semi-structured interviews with faculty members and students affiliated with *stricto sensu* postgraduate programs in the state. Data analysis integrated content analysis, descriptive analysis, and an interpretive approach, with the latter incorporating empirical findings, the theoretical framework, and the experience of one of the researchers. The results point to two main subcategories: a) racism in the construction of scientific knowledge, and b) conceptual confusion or unfamiliarity with the term. It was found that while some researchers recognize a hegemony that marginalizes non-Western epistemologies, others are unaware of or misinterpret the concept. The study concludes that the strong presence of a hegemonic rationality, in the field of administration, acts to render diverse forms of knowledge, subjects, and epistemes invisible. Finally, it underscores the urgent need to expand debates on epistemic justice, plurality, and anti-racist education, thereby contributing to the promotion of plural democracy and the transformation of the scientific field.

Keywords: epistemic racism; epistemic plurality; administration; social management; decolonization of knowledge.

1 Introdução

A produção do conhecimento científico, embora frequentemente apresentada como neutra e universal, é profundamente atravessada por disputas de poder, exclusões e silenciamentos. No campo da administração, observa-se a prevalência de epistemologias hegemônicas que marginalizam saberes oriundos de tradições não ocidentais, bem como intelectuais racializados. Essa realidade configura o que autores como Noguera (2015) e Santos e Meneses (2010) denominam racismo epistêmico — um fenômeno estrutural que compromete a pluralidade do pensamento e a justiça epistêmica. Reconhecer e investigar esse processo constitui uma tarefa urgente para a democratização da ciência e para a construção de formas mais inclusivas de participação intelectual.

Estudos têm evidenciado esse cenário. Constata-se, por exemplo, que os principais periódicos de administração pública, em países como Austrália, Brasil, Canadá e Estados Unidos, apresentam uma produção acadêmica conservadora (Oldfield *et al.*, 2006). No contexto brasileiro, as pesquisas em gestão e organizações tendem a reproduzir tendências globais dominantes, frequentemente negligenciando a diferença racial como um tópico relevante de investigação e de prática organizacional (Araújo *et al.*, 2023). Tais evidências apontam para um persistente silenciamento, uma exclusão e uma invisibilização de epistemes não hegemônicas no campo administrativo.

Esses trabalhos argumentam coletivamente que o conhecimento convencional na área reflete uma perspectiva estreita, moldada majoritariamente por teóricos brancos,

ocidentais e do sexo masculino, perpetuando o racismo e o sexismo epistêmicos (Herzog, 2018; Starke; Mastracci, 2022; Więckowska; Kola; Bomastyk, 2024). Cria-se, assim, um ciclo de exclusão que marginaliza diversas vozes e experiências. As teorias ortodoxas, na administração pública, frequentemente desconsideram as contribuições de grupos subalternizados, reforçando uma narrativa única sobre a produção do saber (Starke; Mastracci, 2022). Soma-se a isso que a dinâmica entre discurso e poder revela como as práticas de exclusão estão enraizadas nas estruturas organizacionais, afetando identidades e o *status* social dos sujeitos (Więckowska; Kola; Bomastyk, 2024). Nesse sentido, os processos históricos de racismo continuam a moldar as práticas organizacionais contemporâneas, exigindo uma reavaliação crítica de como o conhecimento é construído e disseminado (Menezes; Mendes, 2023).

Apesar da persistência dessas barreiras, observa-se uma crescente conscientização sobre a necessidade de inclusão e de justiça epistêmica. A emergência de perspectivas não hegemônicas expõe a tensão entre narrativas dominantes e outras formas de saber. Compreender essa tensão é fundamental, pois a incorporação de conhecimentos e de sujeitos historicamente excluídos viabiliza a formulação de novas possibilidades epistemológicas e intelectuais. Sob essa ótica, todas as humanidades assumem igual relevância na construção de um “nós” mais inclusivo. Reconhecer a diferença racial como uma dimensão essencial da prática organizacional é, portanto, um passo indispensável para romper com a hegemonia vigente e promover uma formação crítica e antirracista.

Apesar do amadurecimento das teorias decoloniais no Brasil, observa-se uma lacuna persistente na literatura: a escassez de investigações empíricas que analisem o racismo epistêmico sob a perspectiva dos próprios agentes produtores de conhecimento no campo da administração. Enquanto relevante número de pesquisas restringe-se a debates teóricos ou ao diagnóstico da diversidade em ambientes corporativos, este estudo oferece uma contribuição original ao investigar empiricamente as percepções e os tensionamentos vividos por docentes, discentes e gestores de programas de pós-graduação (PPGs) *stricto sensu* no contexto catarinense. Ao fazê-lo, a pesquisa não apenas mapeia as barreiras invisíveis de validação científica nessa região, mas também descortina o desconhecimento conceitual que perpetua o silenciamento de epistemologias não hegemônicas na formação acadêmica em administração.

Sendo assim, o estudo propõe a seguinte questão de pesquisa: como o racismo epistêmico é percebido e compreendido por pesquisadores da área de administração em universidades públicas de Santa Catarina, e quais são os efeitos dessas percepções na participação e na pluralidade epistêmica do campo?

Tomando por norte tal questionamento, o objetivo do trabalho é compreender como pesquisadores da área de administração, atuantes em universidades públicas de Santa Catarina, percebem o racismo epistêmico, analisando como essas compreensões se

relacionam com os desafios da pluralidade epistêmica e da democratização do conhecimento no campo.

Para alcançar esse objetivo, adotou-se uma abordagem metodológica qualitativa, viabilizada por meio de entrevistas semiestruturadas com docentes e pesquisadores vinculados a PPGs *stricto sensu* em administração das universidades públicas desse estado.

2 Fundamentação teórica

O racismo epistêmico ou epistemológico refere-se à recusa em reconhecer como válida a produção de conhecimento de determinados sujeitos por duas razões principais: a) por não serem brancos e b) por fundamentarem suas pesquisas em repertórios e cânones não ocidentais (Noguera, 2015). Essa modalidade de exclusão está diretamente associada ao processo de invisibilização de contribuições culturais e sociais que não se alinham ao paradigma dominante do saber ocidental (Santos; Meneses, 2010). Como afirmam os autores, ela diz respeito

[...] à destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas (Santos; Meneses, 2010, p. 183).

Nesse contexto, o racismo epistêmico manifesta-se como um processo de apagamento e negação de saberes não ocidentais, alimentando uma hierarquização do conhecimento que marginaliza intelectuais racializados. A crítica de Fanon (2008) contribui para aprofundar esse debate ao demonstrar como, sob a égide do colonialismo, a razão e a ontologia do sujeito negro são construídas a partir do “não ser” — uma racionalidade que o autor denomina como denegação. Trata-se de uma subjetividade atravessada pela desumanização, pela incompletude e pela negação de sua condição plena de existência. O negro, portanto, é inserido no projeto colonial mediante a negação de sua humanidade e a recusa de sua agência como sujeito epistêmico.

A reflexão sobre o racismo epistemológico ganha maior densidade ao ser articulada com o conceito de colonialidade, especialmente sob a perspectiva de Maldonado-Torres (2007). O autor distingue três dimensões interligadas: a colonialidade do poder, do saber e do ser. Essa última categoria analítica busca compreender os impactos da colonização na experiência vivida e na constituição subjetiva dos sujeitos racializados. Para Maldonado-Torres (2007), a colonialidade do ser auxilia na compreensão de como as relações de poder herdadas do período colonial se refletem na própria organização da sociedade brasileira:

A colonialidade do ser se refere, então, à experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem. [...] O surgimento do conceito “colonialidade do ser” responde, pois, à necessidade de esclarecer a pergunta sobre os efeitos da colonialidade na experiência vivida, e não somente na mente de sujeitos subalternos (Maldonado-Torres, 2007, p. 130, tradução nossa).

Além da colonialidade do poder, referente às formas de exploração e dominação, e da colonialidade do saber, relacionada à produção de conhecimento voltada para a reprodução dos regimes coloniais, a colonialidade do ser evidencia como o colonialismo reorganizou as formas de existência, subjetividade e humanidade a partir de uma lógica racializada e hierarquizante. Como afirma o autor:

[...] embora o colonialismo preceda a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. A mesma se mantém viva em manuais de aprendizagem, no critério para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos, e em tantos outros aspectos de nossa experiência moderna. De certo modo, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente (Maldonado-Torres, 2007, p. 131).

Essa crítica ecoa as formulações de Fanon (1968, 2008), pois ambos os autores apontam como a colonialidade estrutura as formas de exclusão vivenciadas por populações negras, inclusive no campo científico. Maldonado-Torres (2007) retoma as categorias “negro”, “pessoas de cor” e “colonizado”, mobilizadas por Fanon, para refletir sobre como a herança colonial de hierarquização pautada na ideia de raça molda a sociedade contemporânea e determina as formas de estabelecimento e perpetuação da discriminação, do preconceito e da exclusão.

Diante da persistência dessas estruturas coloniais, a decolonialidade emerge como uma proposta crítica voltada à resistência, desconstrução e superação dos padrões de poder e de saber impostos aos povos subalternizados. Trata-se de uma abordagem que se abre à pluralidade de vozes e caminhos, buscando conferir visibilidade aos sujeitos historicamente silenciados por meio de processos de emancipação social, política, cultural e epistêmica. O pensamento decolonial, representado por teóricos como Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Catherine Walsh, Enrique Dussel e Edgardo Lander, propõe uma abertura que reconhece e valoriza as matrizes de conhecimento historicamente marginalizadas (Maldonado-Torres, 2007; Ballestrin, 2013). Essa perspectiva busca consolidar um campo científico mais plural, crítico e sensível às experiências e epistemes desses grupos.

Nesse contexto, Carneiro (2005) introduz o conceito de epistemicídio como uma das dimensões mais brutais da exclusão. Para a autora, trata-se de um processo contínuo de anulação e desqualificação dos conhecimentos produzidos por povos subjugados, operado mediante a negação do acesso à educação formal de qualidade, da inferiorização intelectual e do emprego de diversos mecanismos de deslegitimação do

sujeito negro como produtor de saber. O epistemicídio, segundo Carneiro, fere mortalmente a racionalidade do outro, comprometendo, de forma profunda, sua capacidade de aprender e produzir conhecimento.

Uma das manifestações mais perversas desse processo é a pilhagem epistêmica, caracterizada pela apropriação do saber gerado pela subalternidade sem o devido reconhecimento por parte do paradigma dominante. Para Freitas (2016), essa prática consiste na subtração de elementos constitutivos de conhecimentos subalternos — como cosmogonias indígenas e africanas e tecnologias sociais ou linguísticas —, sendo desprovida de qualquer referência aos sujeitos que os originaram. Tal dinâmica configura-se como um roubo simbólico que descontextualiza a gênese desses saberes, esvaziando seu sentido político e cultural ao integrá-los, de forma subordinada, aos repertórios hegemônicos.

As tradições de pesquisa que abordam o racismo epistêmico estão enraizadas em críticas contundentes à modernidade ocidental e à colonialidade do saber. Esse campo teórico desenvolve-se principalmente a partir dos estudos decoloniais, que questionam as bases eurocentradas da produção científica, especialmente em áreas como a filosofia, a sociologia e a educação. A ênfase recai sobre a persistência de estruturas coloniais nos currículos, métodos e critérios de validação acadêmica. Trabalhos de natureza teórica e de revisão, como os de Santos (2021) e Medeiros e Tomás (2024), exploram como a colonialidade do saber opera na marginalização de epistemologias africanas, indígenas e de outras matrizes de conhecimento subalternizadas. Tais investigações têm fornecido importantes subsídios conceituais e metodológicos para a compreensão da exclusão de vozes não brancas nos espaços de saber, ao mesmo tempo em que propõem caminhos para a reintegração dessas perspectivas por meio de epistemologias plurais e interculturais.

Além das análises teóricas, a literatura empírica tem contribuído para evidenciar as manifestações concretas do racismo epistêmico em instituições educacionais e científicas. Pesquisas como a de Reis (2020) revelam, por exemplo, como as matrizes curriculares continuam a excluir saberes afrodiaspóricos e indígenas, perpetuando uma lógica de silenciamento institucionalizado. Estudos empíricos também documentam as formas pelas quais a subjetividade negra é negada nos ambientes acadêmicos, seja pela ausência de referências negras na bibliografia obrigatória, seja pela deslegitimação das experiências e dos saberes oriundos de sujeitos racializados (Chevannes, 2024; Steele; Davis, 1983). Essas evidências reforçam a necessidade de abordagens decoloniais não apenas como propostas teóricas, mas também como intervenções práticas e políticas na produção do conhecimento. No entanto, parte da literatura adverte que, embora a decolonialidade ofereça uma crítica indispensável, corre-se o risco de reproduzir reducionismos se a perspectiva for aplicada de forma descontextualizada,

desconsiderando as dinâmicas específicas das lutas contemporâneas no campo científico.

Diante desse cenário, o trabalho propõe-se a dialogar com esse campo conceitual e empírico em expansão, contribuindo para aprofundar a compreensão sobre as formas contemporâneas de racismo epistêmico operantes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras. Ao lançar luz sobre as vivências de pesquisadores e pesquisadoras racializados em universidades públicas de Santa Catarina, busca-se evidenciar como as estruturas de exclusão identificadas pela literatura continuam a moldar as práticas acadêmicas cotidianas, bem como apontar as estratégias de resistência e reexistência articuladas por esses sujeitos. Assim, essa investigação insere-se na continuidade e no aprofundamento do debate estabelecido pela literatura, trazendo elementos empíricos que ampliam e tensionam os marcos conceituais vigentes.

3 Procedimentos metodológicos

Esse artigo teórico-empírico adotou uma abordagem qualitativa, adequada para ampliar a compreensão de um fenômeno social de natureza histórico-estrutural e dialética, ou seja, de um processo interpretado a partir de uma dinâmica indutivo-dedutiva (Triviños, 1987). A produção dos dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas com acadêmicos e profissionais do campo da administração. O roteiro foi elaborado com base no objetivo do estudo e na literatura de suporte, visando apreender os discursos relacionados ao racismo epistêmico.

Conforme exposto na introdução, essa investigação abrangeu todos os PPGs *stricto sensu* em administração das universidades públicas do estado de Santa Catarina. Desse modo, os participantes das entrevistas estão vinculados às seguintes instituições: Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Fundação Universidade Regional de Blumenau (Furb). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da universidade à qual estava vinculado, sob o número de registro 6119XXXX.6.XXXX.0118, na Plataforma Brasil.

Os sujeitos da pesquisa foram selecionados da seguinte forma:

- a) um coordenador(a) ou vice-coordenador(a) de cada programa, totalizando cinco sujeitos;
- b) um docente da instituição, da raça negra, vinculado a cada programa, totalizando dois sujeitos;
- c) um docente da instituição, da raça branca, vinculado a cada programa, totalizando cinco sujeitos;

- d) um discente regularmente matriculado, da raça negra, vinculado a cada programa, totalizando cinco sujeitos;
- e) um discente regularmente matriculado, da raça branca, vinculado a cada programa, totalizando cinco sujeitos.

A seleção deu-se por amostragem não probabilística por julgamento, com escolha intencional dos participantes baseada em sua posição estratégica e pertencimento étnico-racial. A amostra, deliberadamente heterogênea, contemplou gestores (coordenadores e vice-coordenadores), docentes e discentes de pós-graduação. A inclusão de sujeitos autodeclarados brancos e negros entre professores e estudantes foi um critério fundamental para capturar a pluralidade de perspectivas e viabilizar o contraste analítico entre grupos étnico-raciais no campo da administração.

Os entrevistados foram convidados individualmente via correio eletrônico. Após a leitura e anuência ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), os encontros foram agendados conforme a disponibilidade dos participantes. As entrevistas que não puderam ser realizadas presencialmente ocorreram por webconferência (via Microsoft Teams® ou Google Meet®). As sessões foram conduzidas entre abril e julho de 2023, totalizando 22 participantes. Cumpre destacar que, dos cinco programas investigados, três não possuíam docentes vinculados que se autodeclaravam negros.

O encerramento da coleta foi balizado pelo critério de saturação teórica e suficiência da informação (Flick, 2009; Saunders *et al.*, 2018). Essa saturação foi alcançada quando o volume e a profundidade das 22 entrevistas mostraram-se suficientes para responder à questão de pesquisa e preencher densamente as categorias analíticas propostas. O encerramento, portanto, validou-se pela riqueza interpretativa do material empírico acumulado, tornando desnecessárias novas inclusões amostrais.

Os participantes se autodeclararam brancos, pretos ou pardos. A coleta dessa autodeclaração buscou assegurar a representatividade de perspectivas de diferentes grupos raciais. Ressalta-se que, na pesquisa qualitativa, a validade científica está estreitamente vinculada à profundidade da experiência compartilhada, sendo essa vivência mais relevante para o escopo do estudo do que o volume estrito de participantes (González Rey, 2005).

Para o tratamento e a análise do material empírico, empregou-se uma articulação entre a análise de conteúdo (Bardin, 2016; Flick, 2009; Gibbs, 2009), a análise descritiva (Gil, 1995; Köche, 2015; Rudio, 2010) e a análise interpretativa (Triviños, 1987).

A análise de conteúdo viabilizou o exame sistemático das transcrições por meio de codificação e categorização. A análise descritiva, por sua vez, permitiu caracterizar o fenômeno do racismo epistêmico a partir do mapeamento de opiniões, atitudes e crenças dos sujeitos (Gil, 1995). Esses princípios descritivos forneceram o suporte necessário

para o exercício interpretativo subsequente. Para complementar a teorização, recorreu-se à abordagem interpretativa de Triviños (1987), estruturada sob três pilares: a) os resultados empíricos obtidos; b) o referencial teórico adotado; c) a experiência acumulada pelos pesquisadores.

Com o intuito de resguardar o anonimato e a confidencialidade das informações, todos os entrevistados receberam pseudônimos. Os nomes de identificação foram selecionados a partir de termos de origem africana, caracterizados pela neutralidade de gênero.

O processo de codificação, categorização e organização sistemática das transcrições foi operacionalizado com o auxílio do *software* de análise de dados qualitativos Atlas.ti®. As entrevistas transcritas foram importadas para a plataforma, facilitando o agrupamento de códigos e a estruturação de uma análise dialética indutivo-dedutiva orientada pelas categorias teóricas da literatura.

Para assegurar o rigor e mitigar vieses na interpretação qualitativa, adotaram-se três estratégias de validade (Creswell, 2010): a) triangulação, confrontando narrativas de múltiplos atores (gestores, docentes e discentes de diferentes perfis raciais); b) reflexividade, mediante o exercício de autocritica dos pesquisadores sobre suas posições e potenciais influências analíticas (Triviños, 1987); c) trilha de auditoria, operacionalizada no *software* Atlas.ti®, vinculando sistematicamente códigos e categorias aos trechos originais das transcrições para garantir a ancoragem empírica dos achados.

Desse processo analítico emergiram as categorias e subcategorias que expressam as compreensões sobre o racismo epistêmico sob a ótica dos sujeitos vinculados aos PPGs *stricto sensu* em administração das universidades públicas catarinenses, conforme sintetizado no Quadro 1.

Quadro 1: Modelo de análise da concepção teórica

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Racismo epistêmico	• racismo na construção do conhecimento científico • confusão conceitual/desconhecimento

Fonte: Elaboração própria (2024).

Desse modo, o desenho metodológico do estudo estruturou-se em quatro fases distintas: a primeira compreendeu o desenvolvimento dos protocolos para coleta e análise de dados; a segunda englobou a definição dos critérios de seleção dos participantes, a condução das entrevistas, bem como a transcrição e a organização do material empírico; a terceira fase abarcou os processos de codificação, categorização, revisão das notas de campo e avaliação da qualidade da pesquisa; por fim, a quarta etapa consistiu no cotejo e na interpretação dos dados à luz do referencial teórico, culminando na redação das considerações finais.

4 Análise e discussão dos resultados

Os sujeitos da pesquisa percebem o racismo epistêmico de duas formas principais: a) como racismo na construção do conhecimento científico e b) como confusão conceitual ou desconhecimento do termo.

Alguns participantes reconhecem que determinadas correntes científicas são privilegiadas em detrimento de outras, o que revela como o racismo pode se estruturar nas bases da produção de conhecimento.

Para Obá, isso

[...] tem a ver com determinadas práticas epistêmicas, ou seja, como é que um determinado conhecimento científico é construído e, dentro das suas estruturas epistêmicas, ou seja, de construção da própria ciência, ele incorpora o racismo nas suas práticas científicas.

Por sua vez, Shomari questiona:

[...] como a ciência é moldada? Como ela é? Quem são os donos das grandes correntes que se prosperam? Então, assim, a discussão racismo epistêmico não é profundamente, mas a gente traz isso num debate da própria ciência, né, quem é que criou? Quem é que trouxe as primeiras correntes? Quais são as correntes que predominam? Quais são essas perspectivas que vão predominando o conhecimento? E elas estão sempre na lógica hegemônica de poder e dominação, então, no fundo, se pensar as aulas da gente, eu acho que é nisso, sabe? Nesse sentido de como as correntes, elas são, por onde vem, de onde vem, qual o contexto que vem, né, quem são as pessoas, não sei se seria isso assim, mas eu penso dessa forma.

Por outro lado, alguns sujeitos demonstraram desconhecimento do conceito de racismo epistêmico ou apresentaram uma compreensão imprecisa.

Diara aponta que:

[...] está relacionado à mente de cada um que já tem esse prejulgamento [...] Mas seria um racismo indivíduo, ou social também, né? Difícil de responder isso. Não sei te dizer, acho que seria um racismo desse prejulgamento que as pessoas já têm e que acaba se tornando até um senso comum, entendeu?

De acordo com a teoria, o racismo epistêmico — ou epistemológico — caracteriza-se pela recusa em reconhecer a validade da produção científica de determinados sujeitos, seja porque esses não são brancos, seja porque mobilizam repertórios e cânones não ocidentais. A epistemologia hegemônica controla a produção do saber e exclui outras formas de conhecimento. É justamente por meio desse processo de exclusão que ela se impõe como universal, consolidando uma universalidade excludente que não abriga o outro. Enquanto as epistemologias hegemônicas constroem o conhecimento a partir de

dualidades e dicotomias, as “epistemologias outras” fundamentam-se no reconhecimento de ideias, possibilidades, sujeitos e autores que são igualmente fundamentais na construção de um “nós” plural.

Ao incorporar conhecimentos e sujeitos historicamente marginalizados no campo científico, propõem-se novas possibilidades interpretativas. Nessas matrizes alternativas, todas as humanidades assumem igual relevância na constituição e existência de cada sujeito. Elas se entrelaçam sem que se estabeleçam hierarquias de superioridade ou inferioridade. Sob essa perspectiva, viabiliza-se a reconstrução da racionalidade e da ontologia dos povos subalternizados. Conforme argumenta Fanon (1968, 2018), o colonialismo constrói o sujeito negro, sua razão e sua ontologia a partir do “não ser” — uma lógica de denegação que gera uma subjetividade atravessada pela desumanização e pela incompletude. O negro, portanto, vivencia o processo colonial sob a marca do apagamento e da negação de sua plena humanidade.

A travessia em direção a essas outras epistemologias configura um processo de desconstrução e deslocamento formativo, um constante desaprender e reaprender que se alinha à prática da escrevivência (Evaristo, 2010). Desse modo, as perspectivas insurgentes e decoloniais contribuem para a desconstrução das desigualdades raciais que estruturam a sociedade ao valorizarem pressupostos afrocivilizatórios, pautados pela complementaridade — em vez da oposição —, pela partilha de momentos de vida, pelo diálogo pluriversal e por uma pedagogia decolonial. Essas abordagens promovem o compartilhamento de vivências e conhecimentos. Afinal, uma das formas de combater as assimetrias raciais é o reconhecimento do outro, de sua história, de sua cultura e de suas raízes, uma vez que o respeito pressupõe o conhecimento mútuo, processo pelo qual também nos constituímos como sujeitos.

Ao serem questionados sobre a produção de conhecimento relacionada às questões étnico-raciais, os participantes expressaram posições diversas, cujas percepções foram agrupadas em duas categorias principais: a) caracterização por raça e b) oportunidade/interesse.

De um lado, alguns entrevistados afirmam que o campo da administração é marcado pela escassez de autores negros na literatura referenciada, lacuna que atribuem aos efeitos do racismo estrutural. De outro, há participantes que relatam não observar ou não levar em consideração o pertencimento racial dos autores que consomem e citam em suas trajetórias acadêmicas.

Rashid destaca:

[...] gente, eu não sei, não conheço nem os brancos. Eu conheço de nome, a gente conhece de nomes, tem, claro, algumas referências no meu assunto, que ali a gente sabe como é a pessoa, mas tem vários autores que eu uso que eu

nunca fui atrás para ver a figura, de ver como é a pessoa. Então pode ser que tenha, mas eu não lembro.

Já outros sujeitos afirmam que pesquisas e estudos que abordem relações étnico-raciais não é um campo de interesse de estudos.

Udama, por exemplo, afirma: “Nunca. Não passa no meu universo de pesquisa. Eu nunca me preocupei com isso. Nunca, nunca mesmo”.

Outros sujeitos, mesmo quando interessados em abordar essa temática, não se sentem acolhidos para pesquisar tal tema.

Segundo Gimbya:

[...] então, trabalhos assim, eu confesso que eu quis muito abordar sobre esse tema. Mas quando eu cheguei aqui, falar sobre a inclusão dos negros, eu vou falar sobre inclusão, mas eu vou falar de pessoas com deficiência. Mas eu quis muito fazer também em questões raciais. Mas, quando eu cheguei aqui, aí eu olhei a estrutura, eu vi os professores orientadores, eu vi. Eu acho que eu não teria, assim, e eu não tive, infelizmente, eu não tive coragem de abordar esse tema. Eu nem me autorizei a apresentar essa proposta, na verdade.

Outros sujeitos também afirmam que não tiveram oportunidade de tratar do tema: “Não, nunca trabalhei. Nunca tive oportunidade”.

Já alguns abordaram questões raciais em seus estudos, identificando-se nas entrevistas:

- a) reflexões sobre o movimento antirracista e comportamento coletivo, por meio de um resgate do paradigma do comportamento coletivo;
- b) relações entre o Brasil e a Angola no ensino superior, por meio da cooperação Sul-Sul;
- c) compreensão das vivências dos empreendedores africanos em uma cidade brasileira;
- d) análise de como a desigualdade racial, social e de gênero impacta na educação e alfabetização financeira bem como no comportamento dos consumidores;
- e) reflexões sobre a Teoria da Internacionalização como prática responsável que aborda a inclusão das ações de internacionalização dentro dos espaços acadêmicos.

Essas exceções revelam que, embora existam iniciativas pontuais, a predominância ainda é de silenciamento ou desinteresse, o que configura, na prática, um processo de epistemicídio.

Observa-se a manifestação desse epistemicídio, de forma latente, no campo das ciências sociais aplicadas, caracterizada pela prática de negar, silenciar e invisibilizar conhecimentos produzidos a partir de abordagens decoloniais — perspectivas que tensionam e confrontam o cânone científico e o *mainstream* intelectual. Nesse cenário, as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 surgem para evidenciar que a história e a cultura afro-brasileira e indígena comportam uma multiplicidade de saberes e fazeres fundamentais para a construção da sociedade nacional. Tais conhecimentos, historicamente apagados, são indispensáveis para a real compreensão do país. Essas legislações, na condição de ferramentas de deslocamento da narrativa única, buscam romper com as estruturas de silenciamento.

Por conseguinte, o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena deve ser concebido de modo a conferir protagonismo a esses saberes e fazeres subalternizados. Tais conteúdos precisam atravessar todo o percurso formativo dos estudantes, o que demanda docentes preparados e instrumentalizados teórica e praticamente para trabalhar essas temáticas sob uma lente decolonial, superando práticas eurocentradas. Os educadores precisam estar dispostos e qualificados para abordar essas discussões em sala de aula, em suas pesquisas e na orientação acadêmica, visto que a representatividade e a proximidade com essas matrizes de conhecimento também favorecem a permanência de estudantes negros na universidade.

Deve-se promover, ainda, uma reforma curricular que incorpore epistemes subalternas a partir da perspectiva dos “vencidos” (Fanon, 1968). Isso implica repensar não apenas as ementas e os conteúdos, mas também as estruturas institucionais, a formação docente e os próprios modelos de gestão educacional. É necessário reconhecer que a contribuição de povos historicamente marginalizados ultrapassa a esfera de manifestações folclóricas, artísticas ou culinárias: trata-se de produções intelectuais legítimas em todas as áreas do saber. O eurocentrismo, portanto, não deve ser tomado como a única referência epistêmica universal, mas, sim, como uma perspectiva entre muitas outras igualmente válidas. Essas diferentes epistemologias precisam coexistir e dialogar horizontalmente.

Assumir o epistemicídio como uma expressão do racismo estrutural exige mais do que inquietações teóricas, requer ação política concreta. A construção de uma ciência decolonial demanda práticas educativas contra-hegemônicas que valorizem os princípios civilizatórios afro-brasileiros, o diálogo pluriversal e a pedagogia decolonial. Esses valores, conforme postula Trindade (2005), constituem um conjunto de normas que corporificam dimensões existenciais, espirituais, intelectuais e materiais — tanto objetivas quanto subjetivas — forjadas em processos históricos, sociais e culturais próprios.

Tais práticas de reexistência devem ser fomentadas tanto em espaços formais quanto informais de educação, promovendo a reconstrução histórica e epistêmica dos sujeitos.

Como propõe Evaristo (2010), esse movimento configura um processo de escrevivência: um exercício contínuo de aprender, desaprender e reaprender ancorado na experiência vivida. Ao conhecer o outro, sua história, sua cultura e suas raízes, viabiliza-se a oportunidade de reconstruir a nós mesmos.

5 Considerações finais

O objetivo do artigo foi compreender como pesquisadores e pesquisadoras da área de administração, atuantes em universidades públicas de Santa Catarina, percebem o racismo epistêmico, analisando como essas compreensões se relacionam com os desafios da pluralidade epistêmica e da democratização do conhecimento no campo. Como resultado do tratamento e da análise dos dados empíricos, estruturaram-se categorias que sintetizam a compreensão do fenômeno sob a ótica dos participantes: a) o racismo na construção do conhecimento científico e b) a confusão conceitual ou o desconhecimento do termo. Enquanto alguns sujeitos reconhecem a predominância de determinadas correntes científicas eurocentradas em detrimento de outras matrizes de pensamento, outros desconhecem completamente o conceito ou o confundem com noções simplificadas de preconceito interpessoal.

Essas evidências retratam a forte influência da perspectiva hegemônica-ocidental no campo da administração. Observa-se que a racionalidade e a ontologia nessa área de conhecimento são construídas mediante a exclusão ativa de epistemes não hegemônicas. Consequentemente, obstaculiza-se o reconhecimento de outras ideias, possibilidades, sujeitos e autores que são igualmente fundamentais na construção de um “nós” plural e democrático.

Ao lançar luz sobre tais compreensões, desconhecimentos e resistências, essa investigação não apenas revela os limites da participação epistêmica no ambiente acadêmico, mas também abre espaço para discutir o potencial de transformação decorrente do acolhimento da diversidade de saberes. Com isso, o estudo contribui para os debates contemporâneos sobre democracia plural, colonialidade e participação intelectual.

Ao refletir sobre os mecanismos de exclusão que operam na administração, o trabalho contribui para o aprofundamento das discussões sobre a viabilidade de uma democracia radical na ciência — um horizonte no qual diferentes sujeitos e epistemes possam ser igualmente reconhecidos e valorizados. Assim, a pesquisa constitui-se como uma forma de ação coletiva simbólica que reivindica espaços para epistemologias historicamente subalternizadas, bem como para práticas acadêmicas comprometidas com uma ciência crítica, antirracista e voltada ao bem viver. Nesse sentido, propõe-se não apenas uma crítica ao estado atual da produção científica, mas também se vislumbram inovações democráticas na área de gestão e organizações.

Depreende-se, portanto, que compete às instituições de ensino encontrar caminhos próprios que possam minimizar a reiterada presença de uma racionalidade hegemônica no campo da administração, que tende a invisibilizar saberes, sujeitos e epistemes diversas. Assim, o estudo reforça a urgência de ampliar os debates sobre justiça epistêmica, pluralidade e formação antirracista, contribuindo para a promoção de uma democracia plural e para a transformação do campo científico.

Apesar das contribuições proporcionadas por esta pesquisa, reconhecem-se limitações que abrem caminhos para investigações futuras. O estudo concentrou-se nas percepções de pesquisadores vinculados à pós-graduação em Administração de universidades públicas catarinenses, o que delimita a análise a um recorte específico da comunidade acadêmica. Diante do exposto, recomenda-se que trabalhos futuros ampliem o escopo empírico, incluindo sujeitos de diferentes níveis de formação, instituições e áreas do saber, de modo a explorar como o racismo epistêmico se articula com outras manifestações do fenômeno racista (estrutural, institucional e interpessoal) em distintos contextos. Adicionalmente, mostra-se relevante que futuras investigações abordem essas questões no ambiente organizacional cotidiano, a fim de compreender como tais concepções teóricas se expressam (ou são invisibilizadas) nas práticas de gestão e nas estruturas corporativas. No específico, evidencia-se como possível, uma perspectiva de ampliação da discussão do tema, contemplando ou ampliando o diálogo com literatura empírica internacional recente.

Referências

- ARAÚJO, Cíntia Cristina Silva de *et al.* Debatendo a escravidão negra nos estudos em gestão e organização a partir de perspectivas decoloniais e afrodiaspóricas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, e2023-0100, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/VF8hHPyYFbtMTs9hjM6dhSc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 30 jul. 2026.
- CHEVANNES, Derefe Kimarley. Africana political theory as decolonial critique. **Political Science & Politics**, Cambridge, v. 57, n. 4, p. 456-461, 2024.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira. In: PEREIRA, Edmilson de Almeida (org.). **Um tigre na floresta de signos**: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FANON, Frantz. Racismo e cultura. **Revista Convergência Crítica**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 78-90, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/convergenciacritica/article/view/38512>. Acesso em: 30 jul. 2026.

FANON, Frantz. **Toward the African revolution**. Tradução de H. Chevalier. New York: Grove Press, 1969.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAS, Henrique. **O arco e a arkhé**: ensaios sobre literatura e cultura. Salvador: Ogum's Toques Negros, 2016.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Pesquisa qualitativa e subjetiva**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005.

HERZOG, Benno. Invisibilization and silencing as an ethical and sociological challenge. **Social Epistemology**, London, v. 32, n. 1, p. 13-23, 2018. DOI: 10.1080/02691728.2017.1383529.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFÓGUEL, Ramón (org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

MEDEIROS, José Victor Franklin Gonçalves de; TOMÁZ, Alex. Epistemologia decolonial: a criação do negro na América Latina. In: NASCIMENTO, Amadeu Cardoso do (org.). **Epistemologias decoloniais, interseccionalidade e transfeminismos: raça, gênero, classe, território e marcadores sociais da diferença**. Foz do Iguaçu: Claec e-Books, 2024. p. 26-34. Disponível em: https://publicar.claec.org/editora/pt_BR/catalog/book/113. Acesso em: 30 jul. 2026.

MENEZES, Mário; MENDES, Luciano. O silêncio, o silenciamento e o silêncio cúmplice como mecanismos de perpetuação do racismo nas organizações. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, e2022-0233, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/DVm8WLkRtXX3GkWJJFzxfy/?lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2026.

NOGUERA, Renato. **Afroperspectividade**: por uma filosofia que descoloniza. [S.]: Geledés, 12 jul. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/afroperspectividade-por-uma-filosofia-que-descoloniza/>. Acesso em: 15 set. 2021.

OLDFIELD, Kenneth; CANDLER, George; JOHNSON, Richard Greggory. Social class, sexual orientation, and toward proactive social equity scholarship. **The American Review of Public Administration**, Thousand Oaks, v. 36, n. 2, p. 156-172, 2006. DOI: 10.1177/0275074005281387.

REIS, Diego dos Santos. Saberes encruzilhados: (de)colonialidade, racismo epistêmico e ensino de filosofia. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/75102>. Acesso em: 30 jul. 2026.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Postcolonialism, decoloniality, and epistemologies of the South**. Oxford: Oxford University Press, 2021. DOI: 10.1093/acrefore/9780190201098.013.1262.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAUNDERS, B. *et al.* Saturation in qualitative research: exploring its conceptualization and operationalization. **Quality & Quantity**, v. 52, n. 4, p. 1893–1907, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11135-017-0574-8>

STARKE, Antony M.; MASTRACCI, Sharon H. Epistemic racism and sexism in public administration and theory's unfinished business. **Administrative Theory & Praxis**, London, v. 45, n. 1, p. 16-24, 2022. DOI: 10.1080/10841806.2022.2158634.

STEELE, Robert E.; DAVIS, Sherry E. An empirical and theoretical review of articles in The Journal of Black Psychology: 1974-1980. **Journal of Black Psychology**, Thousand Oaks, v. 10, n. 2, p. 29-42, 1983. DOI: 10.1177/009579848301000202.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. **Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação**. Brasília, DF: MEC, 2005. p. 30-36. (Boletim, 22).

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WIĘCKOWSKA, Katarzyna; KOLA, Anna Maria; BOMASTYK, Michael. Discourses of exclusion: suppression, silencing, and inclusion. **Avant**, Lublin, v. 15, n. 3, 2024. Disponível em: <https://journal.avant.edu.pl/index.php/en/article/view/120>. Acesso em: 30 jul. 2026.